



APOINME | ARPINSUL | COIAB
ARPIN SUDESTE | ATY GUASU
COMISSÃO GUARANI YVYRUPA
CONSELHO DO POVO TERENA

A RESPOSTA PARA TRANSFORMAR A POLÍTICA SOMOS NÓS

Manifesto da APIB e das suas organizações regionais pelo compromisso de aldear a política, a um ano das eleições de 2026 e nos 37 anos da Constituição Federal.

Se perguntam quem vai mudar o clima da política e a política do clima, respondemos agitando bem alto nossos maracás: NÓS!

Somos nós, que votamos, nos candidatamos, organizamos as bases e fazemos campanha pela proteção dos nossos territórios e da vida. ‘A resposta somos nós’, e ela também chega com o aldeamento da política pela nossa ‘Campanha Indígena’. Em 2026, cada voto indígena é ferramenta de futuro.

Às vésperas da COP 30, com o mundo olhando para o Brasil e para a Amazônia, afirmamos:

Não existe agenda climática sem protagonismo político indígena.

A crise climática é também uma disputa de projeto de país. A um ano de uma eleição decisiva, nós da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) em aliança com nossas organizações regionais, **APOINME, ARPINSUL, ARPINSUDESTE, Aty Guasu, COIAB, Comissão Guarani Yvyrupa e Conselho do Povo Terena**, reafirmamos o compromisso de fortalecer a **Campanha Indígena** e seguir aldeando a política. O futuro só será indígena se também soubermos disputar os rumos do país dentro do processo eleitoral.

Em 2022, a Campanha Indígena - Aldear a Política lançada pela APIB fez história, com trinta candidaturas indígenas, foram mais de meio milhão de votos somados e tivemos a conquista da eleição de Sônia Guajajara e Célia Xakriabá, primeiras deputadas federais indígenas eleitas por São Paulo e Minas Gerais. Conquistas que são o resultado de anos de mobilização, formação política e alianças que mostraram ao país que a política precisa ser diversa e carregar a ancestralidade das pessoas que fundaram este país, **OS POVOS INDÍGENAS**.

Seguir aldeando a política é encarar de frente uma correlação de forças cada vez mais desfavorável no Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas nos estados. As regras eleitorais atuais, do chamado “coeficiente eleitoral”, ainda penalizam candidaturas indígenas e populares, enquanto os parlamentos seguem capturados pelos interesses políticos do agronegócio, da mineração e do capital financeiro. É o **genocídio legislado** que insiste em avançar sobre nossos territórios e direitos, por meio de leis e manobras que rasgam a Constituição de 1988.

No Senado, nunca elegemos uma pessoa indígena. Nas Assembleias, a presença indígena ainda é mínima, mesmo em estados com grande diversidade de povos. Nos governos estaduais, multiplicam-se políticas anti-indígenas que atacam os direitos territoriais, a saúde e a educação diferenciada. Escândalos como o das





APOINME | ARPINSUL | COIAB
ARPIN SUDESTE | ATY GUASU
COMISSÃO GUARANI YVYRUPA
CONSELHO DO POVO TERENA

emendas parlamentares mostram um Congresso que se apropria do orçamento público sem transparência, aprofundando desigualdades e tornando o Estado refém de barganhas políticas. A votação da PEC 3/2021 (PEC da Bandidagem), na Câmara dos Deputados, é mais um exemplo de como a maioria dos parlamentares atua para garantir impunidade e enfraquecer os mecanismos de controle, promovendo crimes contra a maioria do povo brasileiro. Por isso, nós povos indígenas e movimentos populares, fomos para as ruas denunciar e impedir mais retrocessos.

Aldear a política é urgente. A APIB e suas regionais reforçam que a luta por representatividade é uma luta por poder de decisão, não apenas por espaço de fala. Queremos colocar no centro da política os modos de vida, os saberes e as visões de mundo que sustentam a vida.

Em fevereiro de 2024, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) deu decisão favorável à proposta apresentada pela deputada federal indígena Célia Xakriabá e reconheceu que candidaturas indígenas devem entrar nas políticas afirmativas de distribuição do Fundo Partidário, do Fundo Eleitoral e do tempo de rádio e TV. Desde então, a APIB cobra que essa decisão seja colocada em prática, com regras nítidas dos repasses proporcionais ao número de candidaturas indígenas registradas por cada partido, e que contribuam de fato para os nossos candidatos indígenas legítimos do movimento e não para oportunistas, e que passe a funcionar já nas eleições de 2026.

Exigimos reparação e equilíbrio democrático de participação para as candidaturas indígenas. Sem financiamento e tempo de propaganda justos, a desigualdade se repete e cala as vozes que o Brasil precisa ouvir.

No plano federal, precisamos de unidade para garantir a continuidade e o fortalecimento do Ministério dos Povos Indígenas, além de defender políticas públicas que protejam nossos territórios e modos de vida. A saúde indígena, hoje ameaçada por interferências partidárias e uso político de cargos, como temos denunciado publicamente, é um sinal de como o racismo institucional ainda atravessa o Estado brasileiro.

Aldear a política vai além de eleger pessoas indígenas. Nossa proposta é ocupar as instituições com nossa visão de mundo, garantir a demarcação e a proteção dos territórios indígenas, colocando a vida no centro e assumindo a responsabilidade com as águas, as florestas e as cidades. É tirar a pauta climática da propaganda e levá-la à prática, do gabinete para a comunidade, do discurso para a decisão. É fazer valer a Constituição, que completa 37 anos, e reconhecer que nossos direitos são condição de futuro para todo o Brasil.

Nossa caminhada na política eleitoral vem de longe. Ainda sob a ditadura empresarial-militar, Manoel dos Santos (Seu Coco), do povo Karipuna, foi eleito vereador em Oiapoque (AP), em 1969. Em 1976, o Cacique Ângelo Kretã venceu as eleições para vereador em Mangueirinha (PR), após uma batalha judicial para garantir seu direito de concorrer. Em 1982, Mário Juruna tornou-se o primeiro indígena eleito deputado federal (RJ). Em 1990, Iracy Cassiano tornou-se a primeira mulher indígena eleita prefeita no Brasil, em Baía da Traição (PB). Em 2018, Joenia Wapichana foi a primeira mulher indígena eleita deputada federal, por Roraima. E em 2022, Sônia Guajajara e Célia Xakriabá ampliaram esse caminho no Congresso Nacional.

Ao mesmo tempo, avançamos na ocupação de espaços do Estado: ministérios, secretarias e órgãos dedicados às políticas para os povos indígenas passaram a ser conduzidos por lideranças indígenas, fortalecendo a incidência institucional e transformando o sentido da representação.





APOINME | ARPINSUL | COIAB
ARPIN SUDESTE | ATY GUASU
COMISSÃO GUARANI YVYRUPA
CONSELHO DO POVO TERENA

A **Campanha Indígena - Aldear a Política**, promovida pela APIB, teve origem em 2017, com o manifesto “[Por um Parlamento cada vez mais indígena](#)”, que denunciava a ausência de representantes indígenas no Congresso Nacional e os impactos disso na luta pelos nossos direitos. A partir de 2020, a campanha foi formalmente lançada para enfrentar a sub-representação e fortalecer a presença indígena nos processos eleitorais. Desde então, tem sido essencial para mobilizar candidaturas indígenas em todo o país, ampliar a representatividade política e garantir que os interesses dos povos indígenas sejam defendidos nas esferas institucionais.

Chamamos cada parente, organização aliada e toda pessoa que entende a gravidade da crise climática e democrática que enfrentamos: organizem formações políticas nas bases, fortaleçam as candidaturas indígenas, combatam a desinformação, não votem em candidatos não-indígenas que não defendem nossas pautas, e defendam nossos direitos, nossos povos e nossos territórios.

A resposta está na força coletiva que nos faz seguir enfrentando as estruturas que tentam nos silenciar.

Em 2026, voltaremos às urnas com a mesma firmeza com que defendemos a terra. Cada voto indígena e não-indígena em nossos candidatos e candidatas é uma semente. Aldear a política é reflorestar as mentes, é plantar um novo tempo e colher decisões que protejam a vida.

O futuro é indígena e a resposta, mais uma vez, somos nós!

DIGA AO POVO QUE AVANCE, AVANÇAREMOS!

Brasília - DF, 06 de outubro de 2025

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)

Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME)

Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ARPINSUDESTE)

Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (ArpinSul)

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)

Conselho do Povo Terena

Comissão Guarani Yvyrupa (CGY)

Grande Assembléia do povo Guarani (ATY GUASU)

